

TSE manda parar investigação da polícia no caso Lubeca

por Ricardo Balthazar
de São Paulo

O corregedor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Romildo Bueno de Souza, determinou na sexta-feira a paralisação imediata das investigações que a Polícia de São Paulo vinha realizando há quase um mês sobre o caso Lubeca, que surgiu a partir de suspeitas de corrupção na Prefeitura de São Paulo e desvio de dinheiro para a campanha de Luis Inácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência da República.

Bueno de Souza atendeu a um pedido do vice-procurador-geral eleitoral, Ruy Ribeiro França, para quem o caso é de natureza eleitoral. França pediu também que os fatos sejam apurados antes do dia 15, conforme relato da repórter Eliane Sobral. As investigações da polícia, que até sexta-feira não indicavam nenhuma ligação do caso com a campanha do PT, ficam suspensas até uma decisão final da Justiça Eleitoral.

O delegado que conduzia o inquérito, Massilon José Bernardes Filho, foi pego de surpresa. Ele foi infor-

mado da decisão do corregedor eleitoral pouco antes das 14 horas de sexta-feira, por telex. Bernardes e o promotor Dráusio Barreto se preparavam para ir até o escritório da Interfim, dona de uma conta corrente do Banco Cidade onde foi localizada parte do dinheiro que saiu da Lubeca Empreendimentos para a Tertec Comércio e Técnica de Serviços, como pagamento de uma obra supostamente não realizada.

O delegado e o promotor pretendiam recolher no escritório documentos sobre a empresa, que tem três sócios — Breno Cunha, o norte-americano Joseph Anthony De Pietro e o uruguaio Álvaro German Lema Izarrualde, encontrado na quinta-feira pela polícia, que o proibiu de deixar o País depois de um interrogatório na delegacia. Bernardes e Barreto descobriram ligações de Izarrualde e da Interfim com uma empresa uruguaia chamada Lucon Internacional, com sede em Montevideú.

Para Barreto, Izarrualde atua no Brasil como procurador de Ricardo Hahn Brager, ligado a Lucon. Segundo o promotor, Brager

entrou e saiu do País quatro vezes neste ano, com documentos falsos. Na sexta-feira, ele e Bernardes queriam detalhar melhor esse ponto da história, mas pararam tudo com a chegada do telex do TSE. "Levantamos a barra do vestido da noiva e vamos ver a calcinha, mas não deixaram", disse Barreto.

Até o ponto em que foram suspensas, as investigações indicavam que dois homens dividiram a maior parte dos NCz\$ 900 mil do cheque emitido pela Lubeca para a Tertec: Luciano Girão, diretor da Proceda Tecnologia, e Luis Bertazzi Filho, do Banco Santista. Assim como a Lubeca, essas duas empresas pertencem ao grupo Moinho Santista, ligado à multinacional argentina Bunge y Born. Girão e o deputado estadual Moisés Lipnik (PTB) tentaram negociar uma vez com a prefeita Luiza Erundina (PT) a aprovação do Projeto Panambý, um conjunto de prédios da Lubeca para o qual teriam sido realizados alguns serviços pela Tertec, em troca dos NCz\$ 900 mil.

Girão e Bertazzi Filho receberam parte do dinheiro

da Lucon, depois que o cheque passou por várias empresas e contas bancárias, segundo Barreto. Foi aí que as investigações pararam: "Tínhamos vários crimes configurados para incriminar um bando, ou quadrilha, por estelionato, apropriação indébita, crimes societários e fiscais, e outros, talvez", disse o promotor. Além de Girão e Bertazzi Filho, haveria outros dois envolvidos — Osmar Rossato, dono da Tertec, e Luis Aranha Moura, proprietário da Appraisal Engenharia e Avaliações, que aplicou parte do dinheiro na corretora Segmento —, junto com dois diretores da Lubeca que teriam assinado o cheque.

"Não posso afirmar nada porque não concluí meu trabalho", disse o delegado Bernardes. No início da noite de sexta-feira, ele enviou os três volumes do processo ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo para o prosseguimento das investigações, conforme a ordem do TSE. Mandou cópias também para o secretário de segurança Pública, Luiz Antônio Fleury Filho, e à Procuradoria Geral de Justiça do Estado.